



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig passou por uma reorganização societária que culminou na criação da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge em 2018. Com a Codemig, ficou a parceria com a CBMM para exploração de nióbio em Araxá; com a Codemge, o propósito de continuar a promoção do desenvolvimento em Minas Gerais, em suas diferentes nuances. Em 2023, ano em que a Codemig completa 20 anos, a Codemge, sua herdeira, eleva essa missão ao estado da arte, sempre buscando eficiência e gestão responsável dos recursos públicos, e se reinventa mais uma vez, consolidando-se como braço técnico do estado de Minas Gerais em projetos de concessões e PPPs, além de manter sua atuação estratégica em favor do desenvolvimento do estado, notadamente em projetos de mineração.

Atualmente, a Codemig tem como principal negócio a exploração do nióbio, por meio de uma SCP com a CBMM. A Companhia obteve resultados significativos derivados da sua participação, superiores ao exercício anterior, em função do aumento 4% no volume vendido, o que contribuiu com o lucro recorde de 2023, possibilitando, consequentemente, recorde na distribuição de dividendos, com R\$701 milhões para o Estado de Minas Gerais e R\$729 milhões para a Codemge.

O compromisso com a ética e a transparência permeia toda a atuação da Companhia, e não poderia ser diferente. Investimos em iniciativas de engajamento da equipe, como a cartilha em “mineirês”, contendo diretrizes do Código de Conduta, Ética e Integridade da Companhia. Não por acaso, fomos agraciados com dois prêmios no 4º concurso “Destaques do Controle”, promovido pela Controladoria-Geral do Estado (CGE-MG).

Após três anos à frente do Grupo Codemge, resta-me a certeza de que somos uma empresa em constante transformação, assim como Minas Gerais. Diariamente exaltamos os acertos, aprendemos com os erros e buscamos inovar, com soluções customizadas para as questões do nosso estado. Estaremos preparados para os desafios que surgirem e continuaremos apoiando o estado a melhorar suas condições de atração de investimentos privados, sempre com foco na geração de emprego e renda para os cidadãos mineiros.



Thiago Coelho Toscano

*Diretor-Presidente*



## PERFIL CORPORATIVO

### A Codemig

A Codemig foi criada em 17 de dezembro de 2003 pela Lei Estadual nº 14.892, a partir da alteração da denominação social da Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig) e da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI/MG) e da Empresa Mineira de Turismo (Turminas), além dos ativos da extinta Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais (Codeurb).

Até 2018, a Companhia era responsável por diversos projetos e ações de fomento ao desenvolvimento econômico do Estado, que, após cisão parcial, foram então assumidos por sua acionista majoritária, a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge).

A Codemig é hoje uma sociedade de economia mista da administração indireta do Estado de Minas Gerais. Por meio da participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), a Codemig dedica-se à exploração do nióbio. A figura 1 apresenta a estrutura societária do Grupo Codemge:

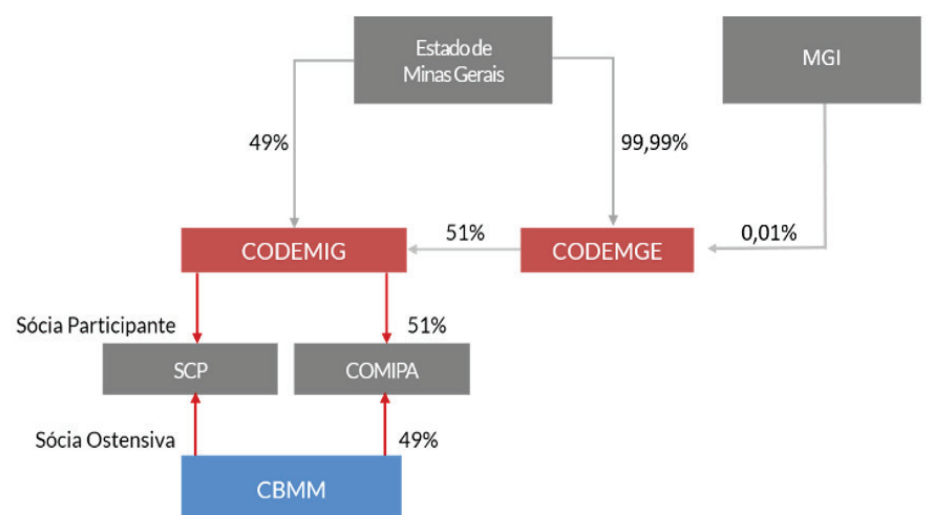


Figura 1: estrutura societária da Grupo Codemge

### Nióbio

Usado principalmente em ligas metálicas e em aços especiais, o nióbio confere importantes propriedades aos compostos, permitindo seu emprego na fabricação de turbinas de aeronaves, automóveis, de tubulações de gás sob alta pressão, placas para plataformas marítimas, pontes, viadutos e edifícios.

Outras aplicações incluem a fabricação de vidros e de cerâmicas especiais, usadas em receptores de televisão e outros equipamentos; a produção de catalisadores químicos; os usos em aparelhos de medicina diagnóstica e até mesmo em aceleradores de partículas de alta energia. Novas ligas e compostos que utilizam o nióbio seguem sendo desenvolvidos, o que deve ampliar o leque de aplicações do mineral e aumentar a demanda por sua extração.

A Codemig e a CBMM são sócias na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá (Comipa) para lavrar o minério das minas do Barreiro (Araxá), formada pelos direitos minerários das duas acionistas. Ambas as empresas (Codemig e CBMM) também são sócias em uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), em que a CBMM é a sócia ostensiva.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

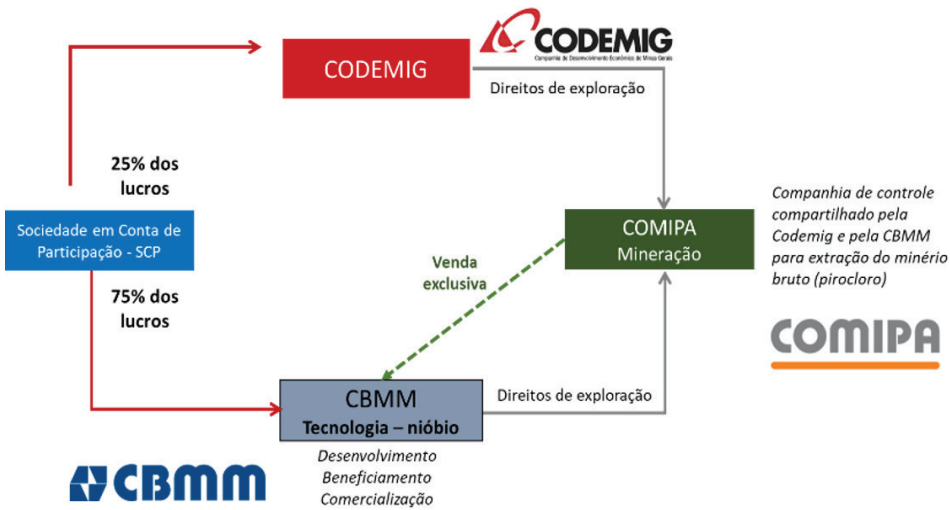


Figura 2: síntese do modelo operacional da exploração de nióbio

No âmbito da parceria, a Codemig e a CBMM arrendam suas minas à Comipa, responsável pela extração mineral e por gerenciar as jazidas de nióbio pertencentes às duas primeiras. A Comipa vende o minério à CBMM, que industrializa e comercializa o nióbio, repassando à Codemig 25% do lucro líquido obtido. O acordo com a CBMM foi iniciado em 1973, confirmado em 2002 e está válido até 2032.



A Codemig é titular de concessões de lavra de pirocloro e associados, localizados no Barreiro, no município de Araxá, e por meio da Sociedade em Conta de Participação, que possui juntamente com a CBMM, promove o máximo aproveitamento do colômbio contido nas suas minas, para que por meio de seus royalties possa impulsionar o estado de Minas Gerais.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos a Governança Corporativa tem sido um dos alicerces do planejamento estratégico do Grupo. A Companhia tem buscado continuamente aperfeiçoar seus mecanismos e processos de acordo com as melhores práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Para mensurar e desenvolver seu nível de excelência em relação ao tema, a Codemig realiza, anualmente, seu diagnóstico e autoavaliação pelos critérios do indicador IG-SEST, paradigma das melhores práticas de Governança Corporativa no âmbito federal, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, aplicável às estatais federais. Em 2023, os resultados desse trabalho demonstraram que a Codemig se mantém no mais elevado nível de maturidade de governança do indicador, o Nível 1.

A transparência, a equidade, a responsabilidade corporativa, a prestação de contas e a sustentabilidade são os fundamentos da Companhia para a efetiva geração de valor ao povo mineiro no desenvolvimento de seu objeto social.

As práticas de governança corporativa adotadas pela Codemig são transversais e alcançam seus principais stakeholders, trazendo maior eficiência, segurança jurídica, confiabilidade e transparência para o processo de tomada de decisão dos administradores, mitigando riscos e potencializando a geração de valor das ações e projetos implementados.

A estrutura de governança que compõe a Codemig é composta por acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Auditores independentes e, por meio de um contrato de compartilhamento de serviços, utiliza a estrutura de gestão, gerenciamento de riscos e auditoria interna da Codemig.

Suas competências e responsabilidades encontram-se especialmente disciplinadas no Estatuto Social e nos Regimentos Internos da Companhia, além de estarem contidas nas Leis 13.303/2016 e 6.404/1976 e demais legislação aplicável.

A composição completa dos órgãos de governança da Codemig está disponível no site da Companhia: <http://www.codemig.com.br/a-codemig/governanca/>

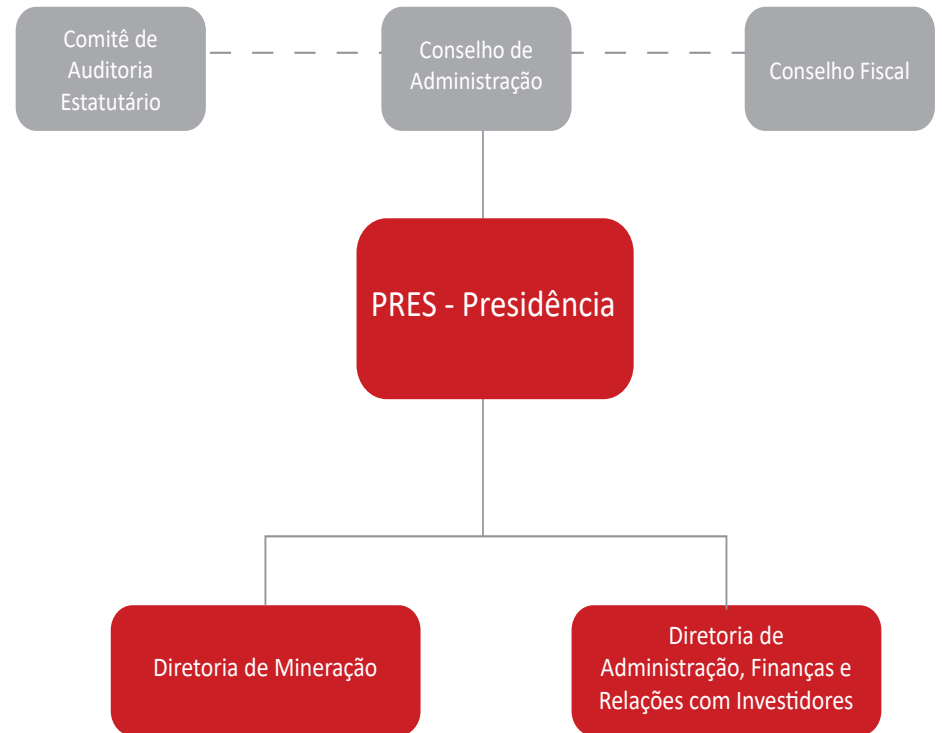


Figura 4: Estrutura de Governança da Codemig

## POLÍTICA E DISTRIBUIÇÃO DOS DIVIDENDOS

A remuneração aos acionistas da Companhia se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), sendo que os JCP são considerados como dividendos obrigatórios às ações ordinárias e/ou como dividendo prioritário.

A base de cálculo para a remuneração das ações preferenciais é o montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela SCP, que é decorrente da venda de produtos derivados do beneficiamento e industrialização de minério de pirocloro, que sejam remanescentes após as deduções legais para apuração do lucro líquido ajustado pela constituição de reservas e compensação de eventuais prejuízos da Companhia. Não obstante a sua base de cálculo, o dividendo prioritário está limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. De acordo com o artigo 7º do Estatuto Social, é assegurado às ações preferenciais o recebimento dos dividendos prioritários, que, quando devidos, são pagos em periodicidade mensal como dividendos intermediários ou intercalares, conforme aplicável, mediante deliberação da Diretoria, na forma do artigo 11º do Estatuto Social e respeitados os limites legais.

Já a base de cálculo para remuneração das ações ordinárias é o lucro líquido já ajustado deduzido o dividendo prioritário pago aos detentores de ações preferenciais. De acordo com o artigo 10º do Estatuto Social, é assegurado às ações ordinárias, em cada exercício, dividendo obrigatório de 70% (setenta por cento) do lucro líquido já ajustado deduzido o dividendo prioritário pago aos detentores de ações preferenciais.

Na forma do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração delibera pela distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com o levantamento de balanço e pela distribuição de dividendos em períodos semestrais ou menores (inclusive mensais), à conta do lucro apurado no respectivo balanço, bem como à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros porventura existentes, conforme aplicável.

Os dividendos do exercício decorrentes dos lucros líquidos anuais somente são distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

A tabela abaixo apresenta os proventos pagos pela Companhia aos seus acionistas Estado de Minas Gerais (EMG) e Codemge:

	Dividendos Pagos			
	EMG		Codemge	
	2023	2022	2023	2022
Dividendos (i)	51.693	26.106	53.803	27.172
Dividendos Preferenciais (ii)	629.522	570.673	655.220	593.968
JCP Prioritários (iii)	19.600	20.300	20.400	21.128
	<b>700.815</b>	<b>617.079</b>	<b>729.423</b>	<b>642.268</b>



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

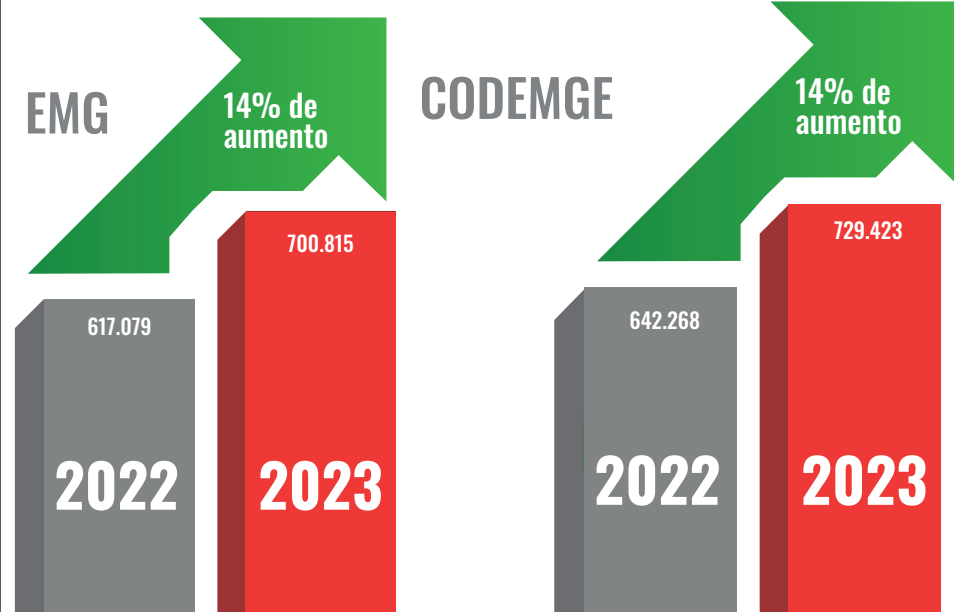
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Em 2023, dividendos deliberados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE realizada em 28 de abril de 2023, referentes à destinação do lucro do exercício de 2022, e, em 2022, dividendos deliberados em AGOE realizada em 29 de abril de 2022, referente à destinação do lucro do exercício de 2021.

(ii) Dividendos preferenciais, referentes ao exercício de 2023, calculados no montante equivalente a 25% do resultado da SCP mantida com a CBMM, sempre limitado ao lucro líquido do exercício.

(iii) Juros sobre o capital próprio prioritários, pagos mensalmente aos acionistas preferenciais, calculados de acordo com a Lei 9.249/1995 e considerados para fins de cálculo dos dividendos preferenciais.

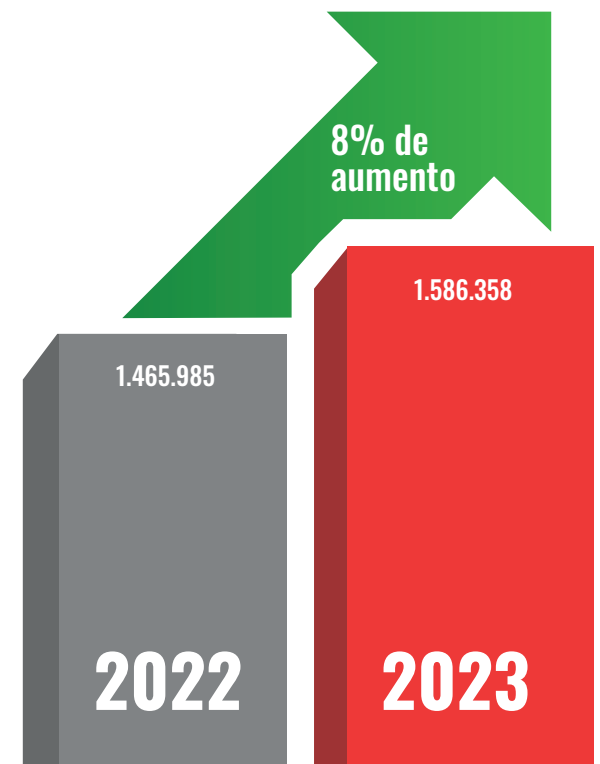
#### Dividendos pagos



#### Lucro líquido

A Codemig aumentou seu resultado positivo em 2023, atingindo lucro líquido de **R\$1,6 bilhão**.

Além do resultado com a SCP, o principal motivo para a variação positiva de 8% no resultado de 2023, comparativamente a 2022, foi o acréscimo do resultado financeiro em R\$54 milhões devido ao aumento de 14% no saldo aplicado.

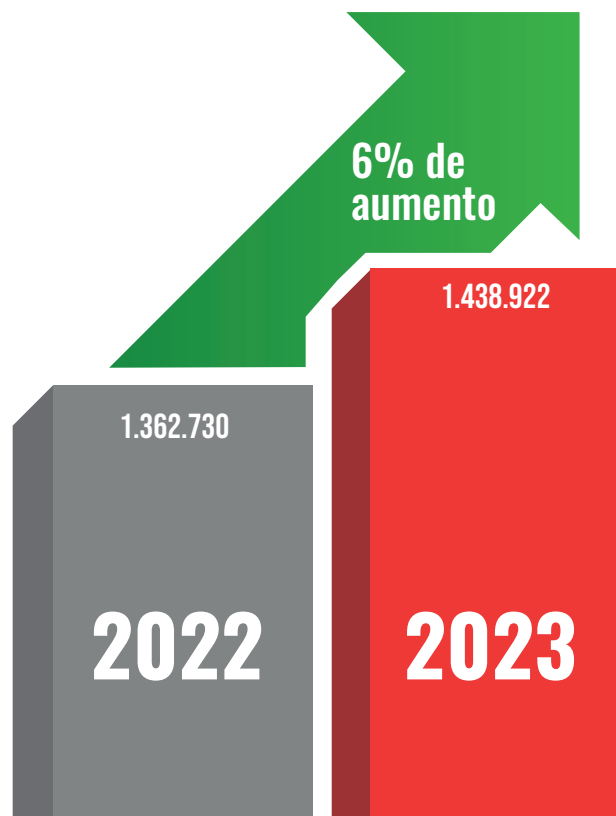


#### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

##### Receita líquida

A Codemig atingiu, em 2023, receita líquida de **R\$1,4 bilhão**. O aumento da receita deve-se, principalmente, ao impacto positivo no resultado da SCP, derivado do aumento em 4% no volume das vendas, em função de variáveis externas, como o reaquecimento do mercado global, que vem se recuperando dos efeitos da pandemia e se ajustando ao novo cenário econômico trazido pelo conflito entre Rússia e Ucrânia.

A receita líquida recebida em 2023 pela Codemig foi 6% maior do que a de 2022 — em números absolutos, foram recebidos em torno de R\$76 milhões a maior que em 2022.



##### Impostos da SCP

Como imposto de renda da SCP devido à CBMM, ao fim do exercício de 2023, foram registrados R\$620 milhões, os quais foram repassados à CBMM em janeiro de 2024. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2023, considerando o valor pago em janeiro de 2024 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$725 milhões no ano.

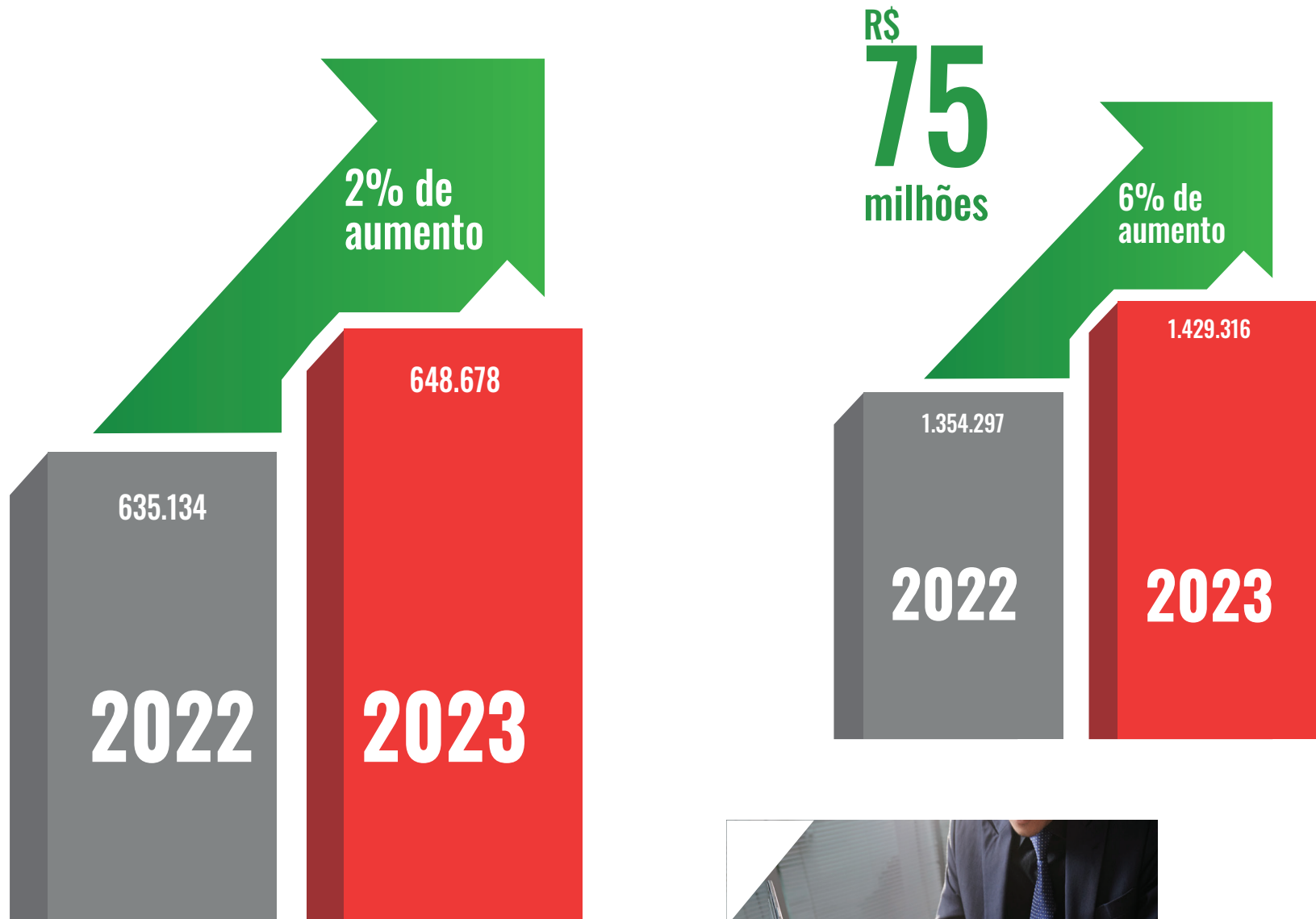


O **patrimônio líquido** da Codemig teve um acréscimo de R\$14 milhões, derivado do aumento do lucro líquido. Em relação ao resultado de 2023, foi deliberado o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas no montante de R\$1,5 bilhão.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



#### EBITDA

O EBITDA é uma medição gerencial adotada pela Codemig, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.586.358	1.465.985
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	29.428	18.322
(-) Resultado financeiro positivo	(189.465)	(135.636)
(+) Depreciação e amortização	2.995	5.626

#### Ebitda

A variação positiva de 6% do Ebitda da Companhia, R\$75 milhões, decorre substancialmente do aumento da receita líquida do exercício de 2023.



#### RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Codemig informa que a PricewaterhouseCoopers (PwC) foi contratada em 17 de abril de 2018, houve um aditivo prorrogando o prazo até 17 de julho de 2020 e, após nova licitação, foi contratada novamente em 26 de maio de 2020. Esse contrato já teve três aditivos e estará vigente até 26 de maio de 2025, para a realização dos serviços de auditoria externa das Demonstrações Financeiras (DFs).

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de sete anos, atendendo à determinação da Resolução CFC: NBC PA 400 parágrafo R540.5.

No processo de contratação dos serviços de auditoria, compete ao Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, bem como supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e sua adequação às necessidades da Companhia.





Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
Em milhares de reais

Ativo	NOTAS	2023	2022	Passivo	NOTAS	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	180.066	357.686	Contas a pagar	12	630.360	607.363
Títulos e valores mobiliários	6	981.071	911.268	Tributos a recolher	13	3.918	4.256
Contas a receber	7	198.335	212.289	Adiantamentos recebidos	15	21.922	19.207
Dividendos a receber	10	4.016	266	Partes relacionadas	9	748	340
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.493	5.772	Dividendos a pagar	14	379.812	237.236
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.364.981</b>	<b>1.487.281</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.036.760</b>	<b>868.402</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	6	621.424	431.565	Contas a pagar	12	-	39.713
Impostos e contribuições a recuperar	8	423	1.317	Adiantamentos recebidos	15	525.712	603.396
Partes relacionadas	9	24.757	24.757	Provisão para contingências	16	44.262	42.797
		<b>646.604</b>	<b>457.639</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>569.974</b>	<b>685.906</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>890.431</b>	<b>702.161</b>	<b>Total passivo</b>		<b>1.606.734</b>	<b>1.554.308</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.255.412</b>	<b>2.189.442</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	17		
				Capital social		10.260	10.260
				Reserva de capital		591.170	591.170
				Reservas de lucro		47.248	33.704
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>648.678</b>	<b>635.134</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.255.412</b>	<b>2.189.442</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	10.260	591.170	2.052	2	-	603.484
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.465.985	1.465.985
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-	-	-	1.465.985	1.465.985
Outras mutações no patrimônio líquido						
Distribuição de dividendos (nota 17(e) e 17(f))	-	-	-	-	(1.396.335)	(1.396.335)
Distribuição de juros sobre o capital próprio (nota 17(g))	-	-	-	-	(38.000)	(38.000)
Constituição de reservas	-	-	-	31.650	(31.650)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	10.260	591.170	2.052	31.652	-	635.134
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.586.358	1.586.358
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-	-	-	1.586.358	1.586.358
Outras mutações no patrimônio líquido						
Distribuição de dividendos (nota 17(e) e 17(f))	-	-	-	-	(1.501.165)	(1.501.165)
Distribuição de juros sobre o capital próprio (nota 17(g))	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(31.649)	-	(31.649)
Constituição de reservas	-	-	-	45.193	(45.193)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	10.260	591.170	2.052	45.196	-	648.678

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	NOTAS	2023	2022
Receita líquida	18	1.438.922	1.362.730
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.438.922</b>	<b>1.362.730</b>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(16.627)	(12.694)
Gastos com desenvolvimento	9	-	(67)
Resultado com participações societárias	10	4.016	(992)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		10	(306)
		<b>(12.601)</b>	<b>(14.059)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>1.426.321</b>	<b>1.348.671</b>
Receitas financeiras	20	192.516	138.772
Despesas financeiras	20	(3.051)	(3.136)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>189.465</b>	<b>135.636</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>1.615.786</b>	<b>1.484.307</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	21	(29.428)	(18.322)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.586.358</b>	<b>1.465.985</b>
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)</b>			
Lucro básico e diluído por ação	22		
Ordinárias		834,89	584,68
Preferenciais		7.957,06	7.540,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.586.358	1.465.985
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.586.358</b>	<b>1.465.985</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.586.358</b>	<b>1.465.985</b>
<b>Ajuste de</b>		
Depreciação e amortização	2.995	5.626
Reversão adequação ao valor recuperável de ativos	(2.300)	(3.308)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	1.101
Receitas financeiras	(146.767)	(101.084)
Despesas financeiras	2.981	3.038
Resultado com participações societárias	(4.016)	992
Variações em provisões, benefícios e incentivos	(201)	808
<b>Ajustes de capital de giro</b>		
Redução / (aumento) de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata (nota 1(b))	131.330	(328.635)
Redução / (aumento) no contas a receber	13.954	(71.582)
Redução dos impostos e contribuições a recuperar	17.435	12.193
Aumento de débitos com partes relacionadas	408	18.950
Redução no contas a pagar	(16.716)	(93.839)
(Redução) / aumento dos tributos a recolher	(3.398)	167
(Redução) / aumento de adiantamentos recebidos	(74.969)	453.759
Dividendos recebidos	266	1.026
<b>Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais</b>	<b>1.507.360</b>	<b>1.365.197</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aporte em títulos e valores mobiliários	(496.879)	(622.619)
Resgate de títulos e valores mobiliários	239.077	374.182
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(257.802)</b>	<b>(248.437)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Juros sobre capital próprio pagos	(36.940)	(38.259)
Dividendos pagos	(1.390.238)	(1.217.920)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.427.178)</b>	<b>(1.256.179)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(177.620)</b>	<b>(139.419)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	357.686	497.105
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	180.066	357.686
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(177.620)</b>	<b>(139.419)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade Anônima de Capital Público

CNPJ/MF 19.791.581/0001-55

Belo Horizonte - MG

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Contexto operacional**

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Codemge”) e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

Em 2018, como resultado da Lei 22.828/18 que autoriza a venda de 49% do capital da Codemig, parte relevante de seu patrimônio foi cindido para uma empresa criada no próprio ato de cisão, a Codemge. Desde então, a Codemge assumiu a primazia do papel de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e a Codemig se restringiu a explorar sua participação no negócio de nióbio explorado em conjunto com a CBMM (vide nota 1 (b)) e outras poucas atividades derivadas do seu patrimônio residual.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”), de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). Em outubro de 2022, a ação judicial movida pelo MPMG sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. Em outubro de 2023, no âmbito do TCE, foi emitido parecer do MPC no sentido de que a representação deve ser extinta, sem resolução de mérito em razão da perda do seu objeto. A Administração do Grupo continua acompanhando os procedimentos no âmbito do TCE, que já recebeu cópia da decisão do processo judicial para conhecimento e formação do convencimento no mesmo sentido.

Além disso, em outubro de 2019, foi enviado pelo Governo de Minas à ALMG o PL 1.203/19 que autoriza a desestatização da Companhia pelas modalidades de privatização, delegação, desinvestimentos ou parcerias. O referido Projeto de Lei foi arquivado em janeiro de 2023, em virtude do fim da última legislatura. Mantido o interesse na matéria nos mesmos moldes ou em outros de interesse, o Governo de Minas deverá reapresentar a demanda ao legislativo para nova tramitação.

**(a) Objeto social**

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia; (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo da saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) de indústria criativa, esporte e turismo.

A Codemig está autorizada a atuar de forma à (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar e receber imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social, nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei n.º 13.303/2016, da Lei Estadual n.º 14.892/2003 e da Lei Estadual n.º 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresa privada dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação e (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

Embora tais atividades estejam descritas em seu Estatuto Social, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge, que possui objeto similar ao da Codemig, possui prioridade na execução das atividades elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Companhia.

**(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM**

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

A Companhia, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 12.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP que acima do seu resultado por competência – decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados – a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2023 foram devolvidos à CBMM R\$588.719 para quitação do IR/CS da SCP de 2022 (R\$651.810 em janeiro 2022 referente ao IR/CS de 2021), consequentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – COMIPA, para qual a Codemig e a CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente: a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e previa inicialmente prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30. Em 2003 as partes celebraram termo de acordo para prorrogação contratual pelo período de 30 anos até o ano de 2032.

**(c) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras da Codemig, foi aprovada pela Administração da Companhia em 18 de abril de 2024.

**2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.5.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.6 e 2.7.

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

**2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

• **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil;

• **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual;

• **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais;

• **Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

As alterações mencionadas acima não geraram impactos materiais para a Companhia, exceto em relação às alterações do IAS 1 sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais.

**Alterações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alteração ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- Os termos e condições dos acordos SFAs.
- Para a data de início e fim do período de reporte:
  - O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
  - O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
  - Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i)
- Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.



Sociedade Anônima de Capital Público

CNPJ/MF 19.791.581/0001-55

Belo Horizonte - MG

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

## (a) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em função do conflito entre Rússia e Ucrânia, as vendas da CBMM foram impactadas negativamente. A CBMM não tem expectativa de retomada das vendas impactadas até o fim das sanções econômicas estabelecidas e inclusive provisionou para perda parcelas em atraso de clientes provenientes desses países.

O conflito entre tais países ocasionou ainda uma recessão na Europa em função de uma crise energética ocasionada pela diminuição de fornecimento de gás anteriormente oferecido pela Rússia. Diante disso, houve um impacto no setor industrial europeu e conseqüentemente na SCP.

## (b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

A pandemia de Covid-19 ainda gerou impactos no resultado da Codemig durante o exercício de 2023 e, apesar da recuperação do mercado de nióbio, o resultado da SCP é impactado pela lenta recuperação do mercado na China.

Outro efeito da pandemia é a pressão inflacionária global, com aumento de juros e desaceleração do crescimento.

## (c) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

## 2.3. Investimento

## Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável, que por sua vez não foi identificada para os exercícios aqui apresentados.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Nos exercícios apresentados a Companhia detinha participação no seguinte investimento:

Coligada	Principal atividade	% participação	
		2023	2022
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51

## 2.4 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/ não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

## 2.5. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

## (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

## (b) Ativos e passivos financeiros

## (i) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## (ii) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA ou Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

## (iii) Redução ao valor recuperável

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, não houve perda de valor recuperável identificada.

## (c) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e aos reembolsos de despesas da Codemig e aluguéis do Centro Cultural Presidente Itamar Franco.

## (d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Prédios e benfeitorias	78 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política da Companhia, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil, esta é ajustada de forma prospectiva. Não houve alteração da vida útil para o exercício de 2023.

## (e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Após avaliação pela Administração, não foram identificados intangíveis com vida útil indefinida no patrimônio da Companhia.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## (f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política da Companhia, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna da Companhia, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso tais evidências sejam identificadas, a Companhia revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

*(i) Ativos imobilizados*

Os ativos imobilizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável periodicamente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

Em 2022 não foram observadas evidências de novas perdas relacionadas ao valor dos ativos imobilizados. Em 2023 foi feita reversão de adequação ao valor recuperável no grupo de “Despesas gerais e administrativas”, conforme avaliação do ativo feita por empresa especializada, vide notas 11 e 19.

**(g) Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**(h) Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

**(i) Participação na SCP com a CBMM**

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP, os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 18.

**(ii) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

**(i) Tributos sobre a renda**

**(i) Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia apura o IRPJ e CSLL pela modalidade do Lucro Real. Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para a União. A legislação aplicável ao cálculo dos tributos é aquela que está ou esteve em vigor na data da apuração dos valores a pagar ou a restituir pela Companhia.

**(ii) Tributos diferidos**

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data das demonstrações financeiras.

A Companhia apura, ao longo dos anos, sucessivos prejuízos fiscais e bases negativas. Considerando a estrutura societária da Companhia, a Administração não acredita em um cenário de reversão da situação fiscal presente no curto prazo.

Por consequência, devido à baixa perspectiva de recuperabilidade dos ativos diferidos relacionados ao prejuízo fiscal, os mesmos não são reconhecidos contabilmente e nem apresentados nesta demonstração, ainda que controlados em livros fiscais.

**(j) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

**(k) Arredondamento de valores**

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

**2.6. Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

**(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado**

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

**(b) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos imobilizados**

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.5 (f).

Os testes de valor recuperável do ativo Centro Cultural Presidente Itamar Franco foram realizados em exercícios anteriores por empresas especializadas considerando os métodos de comparação direta ou método evolutivo para determinação do valor justo líquido de despesa de venda, estando em linha com as normas aceitas. Não foram necessários novos testes tendo em vista que não existem indicações de possíveis desvalorizações no exercício corrente.

No exercício corrente foi feito um novo teste de valor recuperável para o ativo Olhos D’Água, vide notas 11 e 19.

**2.7. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

**(a) Tributos diferidos**

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou lucro fiscal, e passou a contar com um prejuízo fiscal de R\$ 572.995 (R\$ 610.118 em 31 de dezembro de 2022) e base negativa acumulada de R\$ 579.462 (R\$ 616.586 em 31 de dezembro de 2022). O lucro fiscal apurado foi em razão, exclusivamente, de um cenário econômico de taxa de juros elevada que influenciou nas receitas financeiras apuradas pela Companhia.

A Companhia, assim como nos anos anteriores, não tem perspectiva de alteração do recorrente cenário de prejuízo fiscal e base negativa em razão da estrutura societária da empresa.

Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal acumulado na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira, a Administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

**(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM**

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico do contrato da SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a Administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

**3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica recursos em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial.

**(a) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>				
Contas a pagar	630.360	-	-	-
Adiantamentos recebidos	21.922	31.473	456.554	37.685
Dividendos e JCP a pagar	379.812	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>				
Contas a pagar	607.363	4.742	24.998	9.973
Adiantamentos recebidos	19.207	93.188	471.677	38.531
Dividendos e JCP a pagar	237.236	-	-	-

**(b) Risco de crédito - concentração**

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber derivados dessa operação desde a constituição da Companhia.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, segundo avaliações de agências de *rating* e no julgamento da Administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme a seguir:

**Ratings Nacionais de Crédito de Longo Prazo (Rating Brazil National Scale LT)**

	2023	2022
<b>Depósitos bancários em contas correntes (Standard &amp; Poor's)</b>		
brAAA	1.146	194
brAA+	6	6
<b>(Fitch Ratings)</b>		
AA(bra)	31	215
A(bra)	-	12
A-(bra)	12	-
Caixa	2	2
<b>Total caixa e banco conta movimento</b>	<b>1.197</b>	<b>429</b>
<b>Aplicações financeiras (Standard &amp; Poor's)</b>		
brAAA	44.804	255.313
brAA+	112.756	82.790
brA	11.699	10.246
brBBB	-	8.908
<b>(Fitch Ratings)</b>		
BBB(bra)	9.610	-
<b>Total certificados de depósitos bancários</b>	<b>178.869</b>	<b>357.257</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL</b>	<b>180.066</b>	<b>357.686</b>
<b>Títulos e valores mobiliários (Standard &amp; Poor's)</b>		
brAAA	882.761	971.356
brAA+	223.231	88.010
brA	29.582	20.685
brA-	137.046	41.161
brBBB+	11.183	-
<b>(Fitch Ratings)</b>		
AA+(bra)	42.634	-
A-(bra)	11.202	-
BB+(bra)	132.510	-
BBB-(bra)	-	112.500
<b>(Moody's)</b>		
Aa1	5.821	-
Ba2	9.331	5.061
Demais aplicações (i)	117.194	104.060
<b>Títulos e valores mobiliários - TOTAL</b>	<b>1.602.495</b>	<b>1.342.833</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.782.561</b>	<b>1.700.519</b>

(i) Saldo se refere à aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, realizada por meio da Corretora Órama, destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, cujo investimento fora autorizado pela Diretoria Executiva. É um fundo com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. Os principais segmentos de atuação são indústria, comércio e serviços, e a rentabilidade apurada nos últimos 12 meses em 31 de dezembro de 2023 foi de 114,89% do CDI. (123% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

**(c) Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2023, era de 11,75% a.a. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2023, de 4,62% a.a.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual			Taxa / cotação atual	Taxa/ cotação esperada
<b>Ativo</b>							
<b>Indexador CDI</b>							
Aplicações financeiras	565.361	565.361	108%	11,75%	10,04%		
Letras financeiras	494.231	494.231	119%	11,75%	10,04%		
Debêntures	-	-	3%	11,75%	10,04%		
<b>Indexador IPCA</b>							
Letras financeiras	40.066	40.066	258%	4,62%	3,92%		
Debêntures	6.420	6.420	167%	4,62%	3,92%		
							<b>Cenários</b>
							<b>Provável</b>
							<b>+25%</b>
							<b>+50%</b>
							<b>-25%</b>
							<b>-50%</b>
<b>CDI</b>							
Aplicações financeiras		61.254	76.568	91.881	45.941	30.627	
Letras financeiras		58.870	73.588	88.305	44.153	29.435	
Debêntures		-	-	-	-	-	
<b>IPCA</b>							
Letras financeiras		1.569	1.961	2.354	1.177	785	
Debêntures		251	314	377	188	126	

**(d) Risco cambial**

A Companhia não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e suas variações de câmbio impactam a Companhia através do reconhecimento da equivalência patrimonial. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o efeito de variação cambial não realizado.

**3.1 Estimativa do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Assim, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo foram classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo foram observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

• informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

• informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Abaixo os instrumentos financeiros mensurados a valor justo pela categoria nível 2:

	2023	2022
<b>Ativo</b>		
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>		
Títulos e valores mobiliários	584.200	687.824
<b>Total do ativo</b>	<b>584.200</b>	<b>687.824</b>
• informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.		

**4 Instrumentos financeiros por categoria**

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	2023	2022
<b>Ativos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Equivalentes de caixa	178.869	357.257
Títulos e valores mobiliários	1.018.295	655.009
Contas a receber	198.335	212.289
Dividendos a receber	4.016	266
Contas a receber com partes relacionadas	24.757	24.757
	<b>1.424.272</b>	<b>1.249.578</b>
<b>VJR</b>		
Títulos e valores mobiliários	584.200	687.824
	<b>584.200</b>	<b>687.824</b>
<b>Total de instrumentos financeiros ativos</b>	<b>2.008.472</b>	<b>1.937.402</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Contas a pagar	630.360	647.076
Contas a pagar com partes relacionadas	748	340
Dividendos a pagar	379.812	237.236
Adiantamentos e cauções recebidas	547.634	622.603
	<b>1.558.554</b>	<b>1.507.255</b>

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa e bancos conta movimento	1.197	429
Certificados de depósitos bancários – CDB	178.869	357.257
Caixa e equivalentes de caixa	<b>180.066</b>	<b>357.686</b>

Os CDBs da Companhia classificados em caixa e equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 107,92% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data base destas demonstrações financeiras (104,50% em 31 de dezembro de 2022).

**6 Títulos e valores mobiliários**

	2023	2022
Aplicações financeiras em CDB (i)	433.358	95.003
Fundos de investimento (ii)	584.200	687.824
Letras financeiras (iii)	578.517	548.091
Debêntures (iv)	6.420	11.915
	<b>1.602.495</b>	<b>1.342.833</b>
Circulante	981.071	911.268
Não circulante	621.424	431.565
	<b>1.602.495</b>	<b>1.342.833</b>

(i) Aplicações financeiras em CDB, que não possuem liquidez diária, com carência de 1 a 47 meses. A gestão de caixa da Companhia busca compatibilizar a sua necessidade de liquidez e as oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.

	Intervalo de remuneração		Saldos aplicados em	
	2023	2022	2023	2022
CDI	104% e 121%	104% e 114%	386.492	53.449
Pré-fixado	13% a.a.	12,85% e 13% a.a.	46.866	41.554
			<b>433.358</b>	<b>95.003</b>

(ii) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Em relação ao valor total de aplicações em fundos, 80%, ou seja, R\$467.006 possuem liquidez diária, ou d+10, indexados à taxa DI e por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. O restante dos recursos está aplicado no fundo Ouro Preto FIC FIM CP destinado a investidores qualificados, com liquidez d+70 e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pela Companhia foi de 108,55% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e para os fundos presentes na carteira da Companhia em 31 de dezembro de 2022 a rentabilidade foi de 109,50% do CDI.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) As letras financeiras aplicadas pela Companhia são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração		Saldo aplicado em	
	2023	2022	2023	2022
CDI	106% a 162%	106% a 162%	390.718	324.210
CDI +	CDI+0,62% a CDI+1,35% a.a.	CDI+0,60% a CDI+1,80% a.a.	103.513	129.697
Pré-fixado	6,54% a 7,92% a.a.	5,55% a 7,92% a.a.	44.220	58.503
IPCA +	IPCA+7,25% a 7,30% a.a.	IPCA+7,25% a 7,30% a.a.	40.066	35.681
			<u>578.517</u>	<u>548.091</u>

(iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor

	Intervalo de remuneração		Saldo aplicado em	
	2023	2022	2023	2022
CEMIG				
IPCA	IPCA+3,10% a.a.	IPCA+3,10% a.a.	6.420	9.284
COPASA				
CDI	-	117%	-	2.631
			<u>6.420</u>	<u>11.915</u>

Referem-se a debêntures da Copasa e Cemig adquiridas em novembro de 2019 no mercado secundário com vencimento em julho de 2023 e fevereiro de 2025, respectivamente, e visam diversificação, por meio de valores mobiliários emitidos por empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais, conforme critérios da política de aplicações do Grupo. As debêntures da Copasa (CSMGB3) pagam juros (117% DI) semestralmente, sempre em janeiro e julho, e começaram a amortizar o principal em janeiro de 2022. Já as debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros (IPCA+3,1% a.a.) anualmente, sempre em fevereiro.

#### 7 Contas a receber

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Ademais, a Companhia registra mensalmente saldos a receber derivados de obrigações contratuais de reembolso de despesas operacionais da Sala Minas Gerais que se encontra cedida em cessão não onerosa.

Os saldos estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	2023	2022
<b>Sociedade em Conta de Participação:</b>		
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	198.102	212.197
<b>Outras contas a receber:</b>		
Arrendamentos e recebíveis operacionais	3.125	3.154
Demais contas	-	162
	<u>201.227</u>	<u>215.513</u>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(2.892)	(3.224)
	<u>198.335</u>	<u>212.289</u>

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	2023	2022
A vencer	198.335	212.459
Vencidos:		
Há mais de 180 dias	2.892	3.054
	<u>201.227</u>	<u>215.513</u>

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionado substancialmente à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico ou perspectiva de inadimplência ou perda.

Os títulos constituídos como perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa (PECLD), são referentes aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica. O contrato com o Instituto é de permissão de uso, indissociável ao Contrato de Gestão nº06/20 da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, de forma não onerosa. Embora uma cessão não onerosa, este mesmo contrato determina que as despesas para manutenção da Sala Minas Gerais pagas pela Codemig devem ser reembolsadas pelo permissionário.

A movimentação das perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	(3.224)	(3.481)
Constituição	(102)	(1.101)
Reversão por perda definitiva	102	-
Reversão por recebimento do título	332	1.358
Saldo final	<u>(2.892)</u>	<u>(3.224)</u>

#### 8 Impostos e contribuições a recuperar

Corresponde substancialmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2023 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Os valores retidos são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação e pela restituição por parte da Receita Federal do Brasil ("RFB").

	2023	2022
Imposto de renda	1.698	6.687
Contribuição social	-	184
Outros impostos e contribuições a recuperar	218	218
	<u>1.916</u>	<u>7.089</u>
Circulante	1.493	5.772
Não circulante	423	1.317
	<u>1.916</u>	<u>7.089</u>

A segregação dos tributos a recuperar é realizada considerando a expectativa de utilização. Os tributos que serão recuperados em períodos superiores a 12 meses são classificados a longo prazo.

#### 9 Partes relacionadas

##### (a) Composição

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Grupo econômico</b>								
CODEMGE								
<i>Circulante</i>								
Contas a pagar (i)	-	-	748	340	-	-	(6.972)	(3.800)
<i>Não circulante</i>								
Adiantamentos recebidos (ii) (nota 15)	24.757	24.757	-	-	-	-	-	-
<b>Coligadas</b>								
COMIPA								
<i>Circulante</i>								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	4	-	-
<b>Outros</b>								
CBMM								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita (notas 7 e 18)	198.102	212.197	-	-	2.083.235	2.017.557	-	-
Contas a pagar (nota 1(b) e 12)	-	-	630.291	607.170	(647.519)	(657.069)	-	-
Adiantamentos recebidos (ii) (nota 15)	-	-	21.922	19.207	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a pagar (nota 12)	-	-	-	39.713	-	-	-	-
Adiantamentos recebidos (ii) (nota 15)	-	-	525.712	603.396	-	-	-	-
MGS								
<i>Circulante</i>								
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	(298)	(305)
<b>Convênios</b>								
Gastos com convênios (iii)	-	-	-	-	-	-	-	(67)

(i) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de custos entre as partes. Além destas, existem receitas e despesas das operações da Codemig que, embora tenham ocorrido a Cisão, ainda têm sido recebidas pela Codemig, ou vice-versa, e deverão ser ressarcidas pela parte da qual essa despesa se refere.

(ii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento da SCP naquela data seria vertido para a Codemig. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento, sendo que destas transações ainda restam R\$ 24.757 a vincular. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1(b)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemig, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo. Cabe ressaltar que, em anos posteriores, a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas, nas quais a Codemig não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 15.

(iii) Em 2022, a Codemig participou de convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais de apoio à segurança do seu imóvel no bairro Olhos D'Água em Belo Horizonte. Este contrato não foi renovado para o exercício de 2023.

##### (b) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

A Companhia possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (Codemig, empresas e entidades do Estado de Minas Gerais), vide nota 11.

##### (c) Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemig.

Considerando que a Administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemig, todos os seus membros que participam da Administração da Codemig renunciaram a seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemig durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 6.660 e estão contabilizadas na Codemig (R\$ 4.306 em 31 de dezembro de 2022) e são cobradas da Companhia via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemig.

#### 10 Participações societárias

A Companhia mantém um investimento em participação societária na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa. Esse investimento tem a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de piroloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, a Companhia entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, uma vez que detém ações que conferem preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

	2023	2022
<b>Investimento</b>		
COMIPA	268	268
	<u>268</u>	<u>268</u>

Movimentação do investimento em participação societária nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2023
<b>Investimento</b>				
COMIPA	268	4.016	(4.016)	268
	<u>268</u>	<u>4.016</u>	<u>(4.016)</u>	<u>268</u>
	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>Distribuição de dividendos</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
COMIPA	268	(992)	992	268
	<u>268</u>	<u>(992)</u>	<u>992</u>	<u>268</u>

Resumo dos saldos da investida em 31 de dezembro de 2023:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
<b>Investimento</b>					
COMIPA	26.350	6.755	18.963	13.616	526
	<u>26.350</u>	<u>6.755</u>	<u>18.963</u>	<u>13.616</u>	<u>526</u>
	<b>Receita Líquida</b>	<b>Lucro do exercício</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Resultado abrangente total</b>	
COMIPA	106.977	7.875	-	-	7.875

Abertura dos dividendos a receber:

	2023	2022
<b>Dividendos a receber</b>		
COMIPA	4.016	266
	<u>4.016</u>	<u>266</u>



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**11 Imobilizado**

O imobilizado da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

	<b>Terrenos</b>	<b>Prédios e benfeitorias</b>	<b>Equipamentos operacionais</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>				
Custo	339.791	256.787	22.656	619.234
Depreciação acumulada	-	(13.445)	(8.606)	(22.051)
Impairment	(218.690)	(131.939)	-	(350.629)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>121.101</b>	<b>111.403</b>	<b>14.050</b>	<b>246.554</b>
Depreciação - adições	-	(3.308)	(2.318)	(5.626)
Impairment	-	3.308	-	3.308
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>121.101</b>	<b>111.403</b>	<b>11.732</b>	<b>244.236</b>
Custo	339.791	256.787	22.656	619.234
Depreciação acumulada	-	(16.753)	(10.924)	(27.677)
Impairment	(218.690)	(128.631)	-	(347.321)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>121.101</b>	<b>111.403</b>	<b>11.732</b>	<b>244.236</b>
Depreciação - adições	-	(1.438)	(1.557)	(2.995)
Impairment	2.300	-	-	2.300
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>123.401</b>	<b>109.965</b>	<b>10.175</b>	<b>243.541</b>
Custo	339.791	256.787	22.656	619.234
Depreciação acumulada	-	(18.191)	(12.481)	(30.672)
Impairment	(216.390)	(128.631)	-	(345.021)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>123.401</b>	<b>109.965</b>	<b>10.175</b>	<b>243.541</b>

(a) O Centro Cultural Presidente Itamar Franco está parcialmente cedido em comodato não oneroso às partes relacionadas (Codemig e entidades controladas do Estado de Minas Gerais). O valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2023 da parte cedida em comodato não oneroso é de R\$ 196.462 (R\$ 199.430 em 31 de dezembro de 2022) e gerou uma despesa de depreciação até 31 de dezembro de 2023 de R\$ 2.968 (R\$ 5.568 em 31 de dezembro de 2022). Em 2020 foi assinado contrato entre a Secretaria de Estado Cultura e Turismo de Minas Gerais e o Instituto Cultural Filarmônica com o objetivo de estabelecer vínculo de cooperação entre as partes para realização da gestão operacional da Sala Minas Gerais, parte integrante do empreendimento, e nos mesmos moldes de cessão em comodato não oneroso à referida Secretaria. A situação de ambos os ativos está condizente com o objeto social da Companhia (nota 1(a)), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(b) A Companhia é autora do processo de reintegração de posse da parcela de terreno de Olhos D'Água, equivalente a 28.500 m<sup>2</sup> e, no julgamento de seus advogados, são remotas as chances de perdas nesse processo.

**Impairment de ativos**

	<b>2022</b>	<b>Reversão</b>	<b>2023</b>
<b>Terrenos</b>			
CCPIF (i)	(93.290)	-	(93.290)
Olhos D'Água (ii)	(125.400)	2.300	(123.100)
	(218.690)	2.300	(216.390)
<b>Prédios e benfeitorias</b>			
CCPIF (i)	(128.631)	-	(128.631)
	(128.631)	-	(128.631)
<b>TOTAL</b>	<b>(347.321)</b>	<b>2.300</b>	<b>(345.021)</b>

**(i) Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF)**

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento. A avaliação por meio do método evolutivo resultou em uma perda por impairment no valor de R\$221.921 (R\$ 221.921 em 31 de dezembro de 2022).

**(ii) Olhos D'Água**

Em 2019 foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda adicional por impairment no valor de R\$123.965. Em 2023 foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$2.300.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 123.100 (R\$ 125.400 em 31 de dezembro de 2022).

**12 Contas a pagar**

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data-base dessas demonstrações são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM, quando da exigibilidade dos débitos. Uma menor parte refere-se às obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)	630.291	605.442
Valores a ressarcir a SCP (ii)	-	41.441
Fornecedores nacionais	69	193
	<b>630.360</b>	<b>647.076</b>
Circulante	630.360	607.363
Não circulante	-	39.713
	<b>630.360</b>	<b>647.076</b>

(i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre em janeiro do exercício subsequente, quando ocorre a apuração do lucro real da SCP e sua quitação pela CBMM junto à Fazenda Federal.

(ii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig deve participar dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP, na proporção de 25% conforme a Escritura Pública. Contudo, considerando o efeito exclusivamente econômico do seu registro na competência, foi acordado que as variações cambiais somente serão descontadas ou incrementadas nos recebíveis mensais decorrentes da participação da Codemig na SCP na data da vinculação dos cambiais à entrega da mercadoria na moeda transacionada. Sendo assim, a Codemig, para refletir a obrigação ou direito criados pelo acordo, passou

a registrar um passivo ou redutora do passivo derivado de sua participação nas variações cambiais dessas operações em seu balanço e os realizará quando a dívida for amortizada pela CBMM, momento no qual a variação cambial final da operação será deduzida ou incrementada na distribuição mensal de sua participação na SCP. Para a melhor apresentação dessas demonstrações financeiras, o saldo ativo de variação cambial com vencimento superior a um ano em 31 de dezembro de 2023 foi apresentado na nota 15.

**13 Tributos a recolher**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Imposto de renda e contribuição social	2.786	3.104
PIS e COFINS	855	875
Tributos retidos de terceiros	277	277
	<b>3.918</b>	<b>4.256</b>

**14 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Dividendos a pagar ao Estado de Minas Gerais	183.393	113.530
Juros sobre capital próprio a pagar ao Estado de Minas Gerais	2.940	2.940
Dividendos a pagar à CODEMIGE	190.878	118.165
Juros sobre capital próprio a pagar à CODEMIGE	2.601	2.601
	<b>379.812</b>	<b>237.236</b>

**15 Adiantamentos recebidos**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Adiantamento dos lucros da SCP (i)	583.988	622.603
Valores a ressarcir a SCP (ii)	(36.354)	-
	<b>547.634</b>	<b>622.603</b>
Circulante	21.922	19.207
Não circulante	525.712	603.396
	<b>547.634</b>	<b>622.603</b>

(i) A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação e antecipações de contrato de exportação ("ACE") da SCP. Dos adiantamentos em aberto, R\$ 24.757 foram recebidos em 2015, R\$ 48.017 em 2018, R\$ 77.500 em 2019 e R\$433.714 em 2022 e serão vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2024 e 2029. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e são cobrados no momento em que a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

(ii) Saldos de variação cambial reconhecidos por competência e derivados de sua participação em operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP. Vide Nota 12 (ii).

Abertura dos adiantamentos por ano de vencimento:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Por ano de vencimento		
2023	-	19.207
2024	25.762	93.188
2025	36.686	69.248
2026	69.249	69.249
2027	341.683	333.180
2028	71.585	22.018
2029	39.023	16.513
	<b>583.988</b>	<b>622.603</b>

**16 Provisão para contingências**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizadas estão demonstradas a seguir:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Contingências cíveis	38.253	36.835
Contingências tributárias	6.009	5.962
	<b>44.262</b>	<b>42.797</b>

A contingência cível, no valor de R\$38.253 (R\$36.835 em 31 de dezembro de 2022), decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da maior parte da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identifica quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Em junho de 2023, foi determinado pelo juízo o pagamento dos valores das ações ao ex-acionista Solaris Company Ltda com correção. A Companhia aguarda ainda o trânsito em julgado da decisão para sua confirmação ou revisão, visando eventual depósito em juízo e baixa da provisão.

Já a contingência tributária refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos da Companhia. Em razão de impedimentos regulamentares, a Companhia não consegue liquidá-los e, portanto, decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrada pelas autoridades fiscais.

Exceto pelas provisões mencionadas acima, todos os processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemig, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

**Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a Administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data base dessas demonstrações financeiras há R\$24.283 em causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig (R\$120 em 31 de dezembro de 2022).

Em abril de 2023, por decisão monocrática proferida no âmbito do STF, houve determinação condenatória para arbitramento de honorários sucumbenciais, referente a uma ação popular de junho de 2018 cujo objeto principal foi o cancelamento da emissão de debêntures envolvendo o Estado de Minas Gerais "EMG", a Minas Gerais Participações "MGI" e a Codemig. A contingência passiva está sob responsabilidade da Companhia e o risco de perda da contingência é considerado possível, sendo que o valor estimado é de R\$24.157. Em 15 de maio de 2023, a Companhia interpôs recurso de agravo interno visando à reforma da decisão,



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em revisão pelo órgão colegiado do STF.

**17 Patrimônio líquido**

**(a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$10.260 (R\$10.260 em 31 de dezembro de 2022). O capital social da Companhia é representado por 180.435 ações ordinárias e 180.433 ações preferenciais, sendo que a Codemge detém 92.022 ações ordinárias e 92.021 ações preferenciais, enquanto o acionista Estado de Minas Gerais detém 88.413 ações ordinárias e 88.412 ações preferenciais.

**(b) Capital autorizado**

Conforme seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

**(c) Reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva de capital é de R\$591.170 (R\$591.170 em 31 de dezembro de 2022) e foi constituída integralmente por ágio na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

**(d) Reservas de lucro**

**(i) Reserva legal**

A constituição da reserva legal será realizada por meio da aplicação do percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e, conforme disposições legais, não excederá 20% do capital social. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, a reserva legal da Companhia permanece no limite legal, e possui saldo de R\$2.052 (R\$2.052 em 31 de dezembro de 2022).

**(ii) Retenção de lucros**

Após a proposição de dividendos mínimos, a Companhia destina o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. Além disso, o saldo era composto pela parcela do lucro líquido do exercício de 2022, distribuídos como dividendos adicionais em deliberação da assembleia geral de acionistas realizada em abril de 2023 no valor de R\$31.649. Em 31 de dezembro de 2023, a reserva de retenção de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, é de R\$45.196 (R\$31.652 em 31 de dezembro de 2022).

**(e) Dividendos preferenciais fixos**

A distribuição prioritária de dividendos obedece aos §4º e 5º do art. 7º do Estatuto Social e ainda ao art. 203 e § 1º do art. 204 da Lei 6.404/76 (Lei das SA), em que os dividendos preferenciais fixos deverão ser pagos às ações preferenciais no montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela Sociedade em Conta de Participação com a CBMM, sempre limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. A política de dividendos estabelece que é assegurado às ações preferenciais o recebimento de dividendos preferenciais fixos, que, quando devidos, devem ser pagos em periodicidade mensal como dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria.

Os dividendos preferenciais referentes ao resultado de 2023 foram mensurados em R\$1.435.716, sendo R\$1.327.601 deliberados pela Diretoria na data-base dessas informações financeiras e R\$40.000 creditados a título de juros sobre capital próprio. O valor restante de R\$68.115 foi deliberado em fevereiro de 2024.

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Lucro líquido do exercício	1.586.358	1.465.985
Constituição de Reserva legal (5%)	-	-
Lucro líquido do exercício ajustado	1.586.358	1.465.985
Resultado da sociedade em conta de participação do período (SCP) (25%)	1.435.716	1.360.488

**Base para dividendos fixos preferenciais (Receita da SCP limitada ao lucro líquido do exercício)**

Dividendos fixos preferenciais deliberados	1.327.601	1.238.420
Juros sobre o capital próprio creditados	40.000	38.000
Dividendos preferenciais a deliberar	68.115	84.068
	<b>1.435.716</b>	<b>1.360.488</b>

**(f) Dividendos ordinários obrigatórios**

De acordo com o art. 10º do Estatuto Social é assegurado aos acionistas detentores de ações ordinárias, em cada exercício, dividendos obrigatórios de 70% (setenta por cento) do lucro líquido do exercício após as deduções legais e o pagamento dos dividendos prioritários aos detentores de ações preferenciais, dividendos obrigatórios estes que serão atribuídos proporcionalmente a cada ação ordinária.

Sendo assim, do lucro líquido do exercício de R\$1.586.358, deduzidos os R\$1.435.716 de dividendos preferenciais, foram provisionados R\$105.449 a título de dividendos ordinários conforme definido no Estatuto.

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Lucro líquido do exercício	1.586.358	1.465.985
Constituição de Reserva legal (5%)	-	-
Dividendos prioritários distribuídos aos acionistas preferenciais	1.435.716	1.360.488

Base para distribuição de dividendos

**Percentual estatutário de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro**

Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos

**Total de dividendos distribuídos**

**(g) Juros sobre o capital próprio**

A Companhia realizou de janeiro a dezembro de 2023 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$40.000, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Patrimônio líquido	648.678	635.134
Lucro líquido do exercício	1.586.358	1.465.985
Lucro líquido ajustado, conforme Art. 75 da IN 1.700/2017	1.647.990	1.517.450

Limite da TJLP sobre o patrimônio líquido ajustado

Limite de 50% do lucro líquido ajustado

**Juros sobre o capital próprio**

**18 Receita**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita – SCP	1.435.716	1.360.488
Receita com arrendamentos e locações	3.533	2.470

Receita bruta

Impostos

**Receita líquida**

Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

**Resultado da SCP**

Receita bruta de vendas

Devoluções, deduções de receita de vendas e ajustes de preço

**Receita líquida de vendas**

Custo de vendas

**Margem bruta nas vendas**

Despesas estruturais (i)

Outras receitas operacionais

**Lucro operacional**

Resultado de cláusulas contratuais da SCP

**Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP**

**Participação de 25% da Companhia**

Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM

Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (ii)

Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar (ii)

Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais

**Receita - SCP**

(i) Refere-se principalmente ao efeito de variação cambial incidente nos contratos de antecipação de receitas com exportação.

(ii) Considerando que a Companhia recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1(b) e 12).

**19 Despesas gerais e administrativas**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Despesas com pessoal (i)	(6.972)	(3.815)
Serviços de terceiros (ii)	(8.002)	(4.653)
Depreciação e amortização	(2.995)	(5.626)
Despesas tributárias	(1.492)	(1.357)
Reversão de perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (iii)	333	257
Reversão / (Provisão) contingências tributárias (iv)	201	(808)
Reversão adequação valor recuperável (v)	2.300	3.308
	<b>(16.627)</b>	<b>(12.694)</b>

(i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada. Em março de 2023, houve uma revisão deste contrato de compartilhamento de serviços em que houve uma correção dos valores cobrados.

(ii) Em setembro de 2023, foi reconhecido o valor R\$2.793 na conta de despesas com serviços de consultoria, sendo referente a assessoria financeira do processo de análise, avaliação e negociação de direitos minerários.

(iii) As reversões de PECLD, referentes aos exercícios de 2022 e 2023 se devem ao recebimento de títulos do Instituto Cultural Filarmônica e LC Indústria que foram renegociados. Não houve constituição de outras PECLD até a apresentação desta demonstração financeira.

(iv) Em janeiro de 2023, foi realizado a reversão de R\$1.093, referente aos lançamentos das provisões de tributos envolvendo os ativos da Companhia, que em razão de impedimentos regulamentares não puderam ser quitados e foram prescritos.

(v) Em setembro de 2023, foi realizada uma reversão de R\$2.300 do valor recuperável do terreno no bairro Olhos D'Água em função da elaboração do laudo de reavaliação do terreno. (vide nota 11 (b))

**20 Resultado financeiro**

O resultado financeiro da Companhia está relacionado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras, principalmente em decorrência do caixa gerado pela SCP mantida em conjunto com a CBMM. Há ainda a receita de atualização monetária do saldo a receber da CBMM, referente ao resultado mensal da SCP e, além disso, a atualização monetária do saldo de tributos a recuperar. As aplicações financeiras possuem como *benchmarks* o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receitas</b>		
Juros recebidos de aplicações financeiras	192.522	136.687
PIS/COFINS receitas financeiras	(8.276)	(6.768)
Variação monetária ativa	8.268	8.850
Outras	2	3
	<b>192.516</b>	<b>138.772</b>

**Despesas**

Perdas aplicações e instrumentos financeiros

Variação monetária passiva

Outros



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real, as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2023	2022
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	1.615.786	1.484.307
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(549.367)	(504.664)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	488.143	462.566
Exclusões/(adições) permanentes e temporárias, líquidas	19.174	15.913
Utilização de prejuízos fiscais	12.622	7.863
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas</b>	<b>(29.428)</b>	<b>(18.322)</b>

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social 1,82% 1,23%

Em 31 de dezembro de 2023 a Codemig conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$572.995 (R\$610.118 em 31 de dezembro de 2022) e base negativa acumulada de R\$579.462 (R\$616.586 em 31 de dezembro de 2022).

Embora tenha sido reconhecido um lucro fiscal no exercício, a Administração julgou que esse impacto será transitório e que, dessa maneira, ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos. Esse julgamento foi realizado, levando em consideração a ausência de expectativa de resultado tributável futuro, que se deve ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

22 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias ou preferenciais e nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	2023	2022
<b>Lucro do exercício atribuível aos acionistas:</b>	<b>1.586.358</b>	<b>1.465.985</b>
Ordinários	150.642	105.497
Preferenciais	1.435.716	1.360.488
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	180.435	180.435
Quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação	180.433	180.433
	360.868	360.868
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em reais)	834,89	584,68
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em reais)	7.957,06	7.540,13

23 Cobertura de Seguros

A Companhia avalia e monitora os riscos de suas operações e realiza a gestão dos seguros patrimoniais visando preservar a integridade dos bens imóveis da Companhia, garantindo a manutenção do patrimônio e a redução de prejuízos.

A Companhia ainda toma medidas adicionais para garantir a segurança de seus ativos, tais como instalação de câmeras de vigilância, alarmes, contratação de vigilantes e sistemas de combate a incêndio. Atualmente, a Companhia assegura ativos com benfeitorias que estejam sendo utilizados pelo Grupo ou que será utilizado em algum projeto relevante e que tenha valor de mercado superior a R\$1.000.

Segue abaixo o principal Contrato de Seguro da Companhia:

Bem Segurado	Tipo de cobertura	Início Vigência	Fim Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Centro de Cultura Presidente Itamar Franco	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	05/09/2023	05/09/2024	194.243	102
<b>Total</b>				<b>194.243</b>	<b>102</b>

24 Eventos subsequentes

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares

Em fevereiro de 2024, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de janeiro de 2024 no montante acumulado de R\$91.680. A Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$46.757, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$44.923. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de janeiro de 2024, no montante acumulado de R\$3.000. A Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$1.530, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$1.470. Os proventos foram totalmente pagos em março de 2024.

Em março de 2024, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de fevereiro de 2024 no montante acumulado de R\$154.945. A Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$79.022, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$75.923. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de fevereiro de 2024, no montante acumulado de R\$3.000. A Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$1.530, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$1.470. Os proventos foram totalmente pagos em abril de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 9 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada que é sua principal fonte de recursos, mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo do Estado de Minas Gerais em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira; cede em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade a entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1



Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 23/04/2024



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Balanco-EM-CODEMIG-23-04-2024.pdf>

